



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. Goulart)

Requer reconsideração de despacho ao Projeto de Lei nº 1.052/2015, para análise de mérito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Senhor Presidente,

Com fundamento nos art. 141, *in fine*, c/c o art. 139, alínea 'a', e o art. 32, inciso VI, do Regimento da Câmara dos Deputados, apresento o presente requerimento, solicitando a reconsideração do despacho inicial do PL 1.052/2015.

O art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados disciplina o conflito de competência no âmbito das Comissões da Câmara dos Deputados. Dispõe o mencionado dispositivo, literalmente:

Art. 141. Se a Comissão a que for distribuída uma proposição se julgar incompetente para apreciar a matéria, ou se, no prazo para a apresentação de emendas referido no art. 120, I, e § 4º, qualquer Deputado ou Comissão suscitar conflito de competência em relação a ela, será este dirimido pelo Presidente da Câmara, dentro em duas sessões, ou de imediato, se a matéria for urgente, cabendo, em qualquer caso, recurso para o Plenário no mesmo prazo.

O despacho inicial ao Projeto de Lei nº 1.052/2015, publicado em 10 de abril de 2015, determinou a distribuição da proposição para as Comissões de (i) Seguridade Social e Família e de (ii) Constituição e Justiça e de Cidadania.

O objeto do PL nº 1.052/2015 é, sem dúvida, de atribuição da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS. A proposição trata da restrição da venda de bebidas alcoólicas nas imediações de estabelecimentos de ensino.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nos termos do art. 32, inciso VI, são os seguintes os campos temáticos da Comissão do Esporte:

Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

(...)

VI - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços:

- a) matérias atinentes a relações econômicas internacionais;
- b) assuntos relativos à ordem econômica nacional;
- c) política e atividade industrial, comercial e agrícola; setor econômico terciário, exceto os serviços de natureza financeira;
- d) sistema monetário; moeda; câmbio e reservas cambiais;
- e) comércio exterior; políticas de importação e exportação em geral; acordos comerciais, tarifas e cotas;
- f) atividade econômica estatal e em regime empresarial; programas de privatização; monopólios da União;
- g) proteção e benefícios especiais temporários, exceto os de natureza financeira e tributária, às empresas brasileiras de capital nacional;
- h) cooperativismo e outras formas de associativismo na atividade econômica, exceto quando relacionados com matéria própria de outra Comissão;
- i) regime jurídico das empresas e tratamento preferencial para microempresas e para empresas de pequeno porte;
- j) fiscalização e incentivo pelo Estado às atividades econômicas; diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado; planos nacionais e regionais ou setoriais;
- l) matérias relativas a direito comercial, societário e falimentar; direito econômico;
- m) propriedade industrial e sua proteção;
- n) registro de comércio e atividades afins;
- o) políticas e sistema nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial;
- p) matérias relativas à prestação de serviços;

Percebe-se, portanto, que o objeto da proposição guarda relação com mais de uma das alíneas que determinam as matérias de competência da CDEICS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por todo o exposto, solicito a revisão do despacho inicial dado à matéria para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços dentre as incumbidas de analisar o mérito da proposição.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2016.

Dep. Goulart

PSD/SP